

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.536 - MG (2019/0091750-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JOAO CLEUBER MENDES CRISOSTOMO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JOÃO CLEUBER MENDES CRISOSTOMO contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC 1.0000.18.146900-8/000).

Colhe-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, e que, em razão do descumprimento das condições da liberdade provisória concedida, o Magistrado, a requerimento do Ministério Público, decretou a prisão preventiva (e-STJ fls. 42/43 e 60).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem, buscando a expedição de alvará de soltura ou a aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

O pedido liminar foi indeferido e a ordem foi denegada pela 7ª Câmara Criminal nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 102):

HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO SIMPLES TENTADO – PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA – DECISÃO A QUO FUNDAMENTADA – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXCEPCIONAL PREVISTOS NO ART. 312 E ART. 313, I, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS – PACIENTE CONTUMAZ NA PRÁTICA DELITIVA – CONDIÇÕES PESSOAIS – IRRELEVÂNCIA – EXPECTATIVA DE PENA MAIS BRANDA – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE..

- Não há que se falar em constrangimento ilegal se a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública.

- Presentes os requisitos previstos no art. 312, do Código de Processo Penal, é possível a manutenção da prisão cautelar quando se tratar de crime punido com pena máxima superior a quatro anos de reclusão, conforme ocorre no caso em análise (art. 313, I, do Código de Processo Penal).

- *As condições favoráveis do paciente não são suficientes para lhe garantir a liberdade provisória, mormente quando presentes outras circunstâncias autorizadoras da cautelar.*

- *A definição quanto ao regime inicial do cumprimento de pena depende de uma análise criteriosa das circunstâncias judiciais previstas no art.*

59, do Código Penal, bem como da existência de agravantes/atenuantes e minorantes/majorantes, o que somente poderá ser realizada pelo juiz da causa, sendo necessário um profundo exame probatório, o que não se pode admitir em sede de habeas corpus.

No presente recurso, alega a defesa a falta de fundamentação concreta e idônea para o decreto de prisão cautelar, afirmando que *"o só fato de se tratar de crime de homicídio, tido como crime grave, não é, data venia, necessariamente motivo para ser negado ao paciente o direito de recorrer em liberdade, mormente se ele tem a seu favor os dispositivos da Lei 12.403/11"* (e-STJ fl. 120).

Acrescenta que o recorrente é primário e possui residência fixa.

Diante dessas considerações, requer, *"[...] liminarmente, a concessão da ordem para permitir que o recorrente aguarde solto o julgamento da impetração e determinar a expedição do salvo conduto; [...] meritoriamente, a concessão da ordem para revogar o mandado de prisão preventiva substitui-la por outras medidas cautelares diversas da prisão, permitir que o recorrente se defenda solto, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória e de recursos raros para nossas cortes superiores; e, por conseguinte, determinar a expedição do alvará de soltura"* (e-STJ fl. 123).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, na decisão que decretou a prisão preventiva, o Magistrado apontou o *periculum libertatis* ante (1) o não comparecimento do réu, em gozo de

liberdade provisória, aos atos do processo, (2) "as tentativas frustradas de intimação para comparecimento nas audiências designadas" e (3) a prática reiterada de novos delitos (e-STJ fl. 42):

O Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do acusado JOÃO CLEUBER MENDES CRISÓSTOMO, vez que ele está em liberdade provisória, com o compromisso de comparecimento a todos os atos do processo, porém, ausentou-se por completo, e não é encontrado para ser intimado.

De fato, inúmeras foram as tentativas frustradas de intimação para comparecimento nas audiências designadas. Os oficiais de justiça comparecem em um endereço constante dos autos, não o encontram, recebem a informação de que está a residir em outro endereço, e, igualmente não o encontram.

Com isso, a instrução processual vem se arrastando há anos, sem conseguir chegar ao fim.

Por outro lado, conforme demonstram os documentos juntados nas fls. 325/389, FAC (fls. 394/401), e a certidão de antecedentes criminais (fls. 403/406), depois da tentativa de homicídio em apuração neste feito, o acusado vem, reiteradamente, se envolvendo em ocorrências policiais, e novos crimes, ao mesmo tempo em que se ausentou da instrução deste processo.

Resta claro que em liberdade o acusado vem ofendendo a ordem pública, mediante o cometimento de novos delitos, de forma reiterada, fato que se toma determinante da necessidade de novamente decretar a sua prisão preventiva, tanto para resguardo da ordem público, quanto para possibilitar a aplicação da lei penal no âmbito destes autos.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais

constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

